



HORROR NO ORIENTE MÉDIO

Fim da trégua

Israel e Hamas trocam acusações mútuas de violações do acordo. A suspensão ocorre em meio à liberação de reféns e presos palestinos

As autoridades de Israel e do Hamas se acusaram ontem pelo fracasso nas negociações para prolongar a trégua e atribuíram, em parte, a desacordos sobre a liberação de reféns em Gaza. Os bombardeios na Faixa de Gaza, governada pelo movimento extremista islâmico, foram retomados após ambos os governos não conseguirem estender o cessar-fogo em vigor desde 24 de novembro. O Exército israelense confirmou, ainda, que cinco reféns foram mortos e os nomes divulgados.

Os combates entre Israel e o Hamas recomeçaram na manhã de ontem na Faixa de Gaza com registros de ataques aéreos em todo o território palestino, enquanto foguetes também foram disparados contra o sul de Israel a partir da Faixa de Gaza.

Israel acusa o Hamas de

descumprir o acordo, negociado para a trégua temporária, que envolvia a libertação de todas as crianças e mulheres. Já o grupo extremista reage por meio do Ministério da Saúde de Gaza, informando que mais de 14.800 pessoas foram mortas, das quais aproximadamente 6.000 crianças.

Para o porta-voz do governo de Israel, Eylon Levy, é responsabilidade do Hamas o fracasso para estender a trégua, acusando os extremistas de “não terem fornecido uma lista com mais reféns para libertar”. Anteriormente, o Exército israelense havia indicado que “a responsabilidade pela segurança de todos os reféns na Faixa de Gaza era do Hamas”. Nos últimos dias, a trégua permitiu a troca de dezenas de reféns nas mãos do Hamas por presos palestinos em Israel e facilitou a entrada de ajuda na Faixa de Gaza.

Devido ao acordo de trégua, 110 reféns foram libertados desde o início do conflito, 105 deles durante o cessar-fogo provisório, na sua maioria mulheres e crianças israelenses. Segundo as autoridades de Israel, 137 permanecem nas mãos do Hamas e de outros grupos ligados ao movimento. Em troca, Israel libertou 240 prisioneiros palestinos.

Guerra

O jornal *The New York Times* publicou ampla reportagem, informando ter obtido dados seguros de que as autoridades israelenses sabiam do plano de ataque do Hamas, efetuado em 7 de outubro. Porém, segundo o jornal norte-americano, os militares e os serviços secretos desconsideraram a relevância do planejamento. O documento de aproximadamente 40 páginas foi

batizado de “Muro de Jericó”. Nele, não havia data para o ataque, mas um ataque metódico a Gaza para assumir o controle de cidades israelenses e invadir bases militares importantes.

Ontem, o Hamas ofereceu a entrega dos corpos de uma família refém — mãe Shiri Bibas, o bebê Kfir, de 4 anos, já o pai Yarden seria autorizado a acompanhar o enterro, — durante negociações para estender a trégua com Israel. A família se transformou em símbolo dos ataques por envolver crianças.

No começo da semana, o grupo terrorista confirmou que Shiri, Kfir e Ariel Bibas morreram em um bombardeio. Porém, o Exército de Israel comunicou que investigava a informação e que ainda não havia confirmação.

Em retaliação, Israel iniciou uma campanha de ataques

aéreos e terrestres contra Gaza que deixou mais de 15.000 mortos, a maioria civis, segundo o Hamas. A guerra começou em 7 de outubro quando integrantes do Hamas invadiram o sul de Israel, matando 1.200 pessoas, a maioria civis e sequestraram 240, segundo as autoridades israelenses.

Pesadelo

A retomada dos combates na Faixa de Gaza, mais uma vez mergulha o território palestino em um “pesadelo”, observou o chefe do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) à AFP Robert Mardini. “As pessoas chegaram ao limite, os hospitais estão no seu limite e toda a Faixa de Gaza está em um estado muito precário.”

Em seguida, Mardini ao analisar a situação dos palestinos

disse que que: “O sofrimento, o medo, a ansiedade e as condições de vida precárias”. “Não há lugar seguro para os civis” na Faixa de Gaza, disse ele. Nos hospitais, o diretor disse que “ultrapassou a capacidade real dos hospitais para receber e tratar os feridos”, acrescentou.

O secretário de Estado americano, Antony Blinken, disse que é fundamental focar na liberação de reféns detidos em Gaza. “Continuamos intensamente focados em levar todos para casa, em trazer os reféns de volta, algo em que também trabalhei hoje”, afirmou. Blinken, que se reuniu, em Dubai, nos Emirados Árabes, com os chefes da diplomacia dos Emirados Árabes Unidos, Egito, Jordânia e Bahrein durante a sua breve visita a Dubai, e também com um representante da Autoridade Palestina.



Cessar-fogo interrompido em meio a mísseis e foguetes nos céus

AMÉRICAS

Corte de Haia dá vitória a Guiana

A Corte Internacional de Justiça (CIJ), com sede em Haia, decidiu a favor da Guiana e contra a realização do referendo proposto pela Venezuela numa disputa por território. A decisão não menciona uma consulta

explícita, feita pelo governo de Nicolás Maduro, mas tem caráter vinculante e determina que a Venezuela deve “se abster de qualquer ação que modifique a situação atualmente em vigor no território em disputa”.

Pela iniciativa, Venezuela deve evitar qualquer iniciativa que comprometa o status quo com a Guiana, dois dias antes de um referendo convocado por Caracas para reafirmar suas reivindicações sobre

Essequibo, uma região rica em petróleo e recursos naturais administrada pela ex-colônia britânica.

Há décadas, a Venezuela reivindica a soberania sobre o Essequibo, uma região de

160.000 km² a oeste do rio de mesmo nome, equivalente a 70% do território guianês, onde vivem 125.000 dos 800.000 habitantes do país.

A Venezuela celebrará no domingo um referendo não vinculante com cinco perguntas que englobam desde a rejeição ao laudo de 1899 que fixou a fronteira do país com a

Guiana até a criação de uma província venezuelana chamada “Guiana Essequiba”.

O governo da Guiana solicitou à Corte de Haia a suspensão do referendo, alegando que supõe uma ameaça “existencial” ao país. A nação conquistou a independência do Reino Unido em 1966 e administra Essequibo há mais de um século.

Conexão diplomática



silvioqueiroz.df@gmail.com

Política externa troca a folhinha

Os primeiros dias de dezembro assinalam o fechamento da agenda externa fixada para o primeiro ano do terceiro mandato de Lula. Depois da turnê pelo Oriente Médio, que incluiu uma escala na Alemanha, no retorno, o presidente olha para dois marcos ainda por cumprir: a cúpula do Mercosul, no Rio, e a posse do novo colega argentino, Javier Milei, no próximo domingo.

Em Dubai, sede da COP28, a reunião de governantes convocada para dar rumos aos acordos internacionais firmados para conter o aquecimento global, a retórica foi a mesma adotada sobre o tema desde 1º de janeiro: o Brasil, como detentor da soberania sobre a maior parte da Amazônia, a mais vasta floresta tropical sobrevivente, assume seus compromissos. Mas cobra a parte que cabe aos países ricos: comparecer com recursos que viabilizem a transição dos menos desenvolvidos à economia pós-carbono.

Nada muito novo em relação ao que foi dito com insistência ao longo do ano. De novo, o foro escolhido: a convite da ONU, os quase 290 países-membros enviaram delegações aos Emirados Árabes Unidos. O nível

da representação é, sempre, um indicador da importância emprestada por um governo ao evento.

No caso do Brasil, a mensagem parece ser aquela indicada desde a campanha eleitoral vitoriosa e o discurso de posse: Lula enxerga na crise ambiental um desafio incontestável e uma ocasião para que o país retome a posição que ocupava, em temas de alcance global, na primeira década do século.

Resta, agora, virar a folhinha para 2024: a partir de janeiro o Brasil assume a presidência rotativa do G20. A função inclui a oportunidade de organizar inúmeros eventos preparatórios para a cúpula dos governantes dos países que integram o foro — e dos convidados.

Negócios à parte

O desembarque em Dubai, sede da COP, foi precedido por duas escalas em que o assunto a tratar se resumia a negócios. Na Arábia Saudita e, depois, no Catar, o presidente foi ao encontro de investidores e compradores potenciais. Não por acaso, durante essa escala veio à tona o interesse do Brasil em

integrar um “puxadinho” do célebre cartel do petróleo, a Opep.

Enquanto busca abrir caminhos para, nas palavras de Lula, tornar-se “a Opep da energia verde”, o Brasil procura espaços entre os exportadores de petróleo, como parte da estratégia para colocar-se entre os fornecedores de energia para as grandes economias industriais na primeira metade do século 21.

É como se apresenta a visita oficial ao premiê saudita, Mohammed bin Salman, acusado de mandar matar um jornalista dissidente, esquartejado depois de comparecer ao consulado do reino em Istambul, na Turquia. Atualmente o principal parceiro comercial do Brasil na região, a monarquia semi-absoluta da dinastia Saud mescla ingredientes contraditórios: uma agenda alardeada de modernização, no que diz respeito à economia, e o apego inabalável à estrutura militar e policial de repressão das mínimas ameaças sociais à estabilidade do regime.

Bate o martelo?

De volta a Brasília, as atenções de Lula estarão voltadas para a conclu-

são do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, em negociação há um quarto de século. Não por acaso, o roteiro do presidente para o retorno do Oriente Médio inclui uma passagem por Berlim, a pretexto de retribuir a visita, no primeiro semestre, do chanceler (chefe de governo) Olaf Scholz.

Entre os 27 países-membros da UE, a Alemanha está entre os mais interessados no livre-comércio com a América do Sul, em especial pelos interesses do próprio capital industrial. Situação distinta da experimentada pela França, onde o lobby do agro (local) chia contra a abertura do mercado para as nossas exportações.

A ideia, por aqui, é ter uma versão final do documento para ser levada a aprovação do Mercosul na cúpula que se reúne na semana que vem, no Rio. Do contrário, as negociações seguirão em condições bem menos favoráveis: dias depois da reunião entre os governantes do bloco, toma posse na Argentina Javier Milei, político de extrema-direita que, em campanha, jamais escondeu as posições hostis à integração regional e a preferência por uma “relação carnal” com os EUA, nos moldes desenhados há duas décadas por Carlos Menem — incluindo a dolarização plena da economia argentina.

Quem sabe, sabe

A semana terminou com a morte do ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger. Nascido judeu na Alemanha nazista e emigrado pra os EUA, Kissinger fez carreira invulgar no Departamento de Estado. Mas foi ganhar fama internacional já no fim dos anos 1960, como assessor do presidente republicano Richard Nixon para assuntos de Segurança Nacional.

Foi nessa condição, atropelando o secretário de Estado, William Rogers, em tese o responsável por conduzir a política externa, que empreendeu dois movimentos cruciais para colocar Washington em vantagem sobre Moscou na Guerra Fria: a retirada de tropas do Vietnã e o estabelecimento de relações com a China de Mao Tsé-tung, à época rival acérrimo da União Soviética.

Pelo acordo de paz no Vietnã, selado em 1973, dividiu o prêmio Nobel da Paz do ano com o chanceler Le Duc Tho — um laureado no mínimo controverso. No mesmo período, foi articulador do golpe militar no Chile, pelo qual o general ultradireitista Augusto Pinochet depôs o médico Salvador Allende, primeiro político eleito para governar um país latino-americano com um programa socialista.